

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

PARTE I

AÇÃO MONITÓRIA. FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ASTREINTES. ALIMENTOS

1. Ação monitória, prova documental e título executivo judicial.....	19
<i>Antonio Carlos Marcato</i>	
2. A fixação de honorários equitativos e as Execuções Fiscais	39
<i>Rogerio Mollica</i>	
3. Efeitos do trânsito em julgado no cumprimento da decisão judicial por quantia certa contra a Fazenda Pública.....	51
<i>Beclauze Oliveira Silva</i>	
4. (In)aplicabilidade do procedimento do incidente de desconsideração da personalida- de jurídica no redirecionamento da execução fiscal ao administrador da pessoa jurí- dica	59
<i>Helton Kramer Lustoza</i>	
5. O IDPJ nas execuções fiscais – Tema 1.209, STJ e PL 2.488/2022	79
<i>Roberta Dias Tarpinian de Castro e Letícia Zuccolo Paschoal da Costa Daniel</i>	
6. A execução das obrigações de fazer de natureza contratual: diálogos com o sistema de remédios contra o inadimplemento	95
<i>Christian Garcia Vieira e Ilan Simantob Sarue</i>	
7. Astreintes, tutela provisória e o inadequado obstáculo sinalizado pelo Superior Tri- bunal de Justiça.....	127
<i>Américo Andrade Pinho</i>	
8. A execução no Brasil de decisões estrangeiras que estabelecem obrigação de prestar alimentos.....	147
<i>Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave e Isabela Araújo Barroso</i>	
9. Dívida alimentar, prisão do devedor e audiência de custódia	161
<i>Arnoldo Camanho de Assis e Fabiano da Rosa Tesolin</i>	

PARTE II

RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

10. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	175
<i>Marlon Tomazette</i>	

11. Tutela do direito do credor à garantia patrimonial: análise comparativa da fraude contra credores, da fraude à execução e da desconsideração da personalidade jurídica.... <i>Marcelo Abelha Rodrigues</i>	191
12. Aspectos Probatórios na Fraude Patrimonial: da responsabilidade à respectiva blindagem <i>Antônio Pereira Gaio Júnior</i>	209
13. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica: limites temporais de instauração no ordenamento jurídico brasileiro <i>Gustavo Milaré Almeida e Juliana Brotto de Barros Milaré</i>	229
14. Grupo econômico e desconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho em execuções: os impactos do Tema 1232 do STF <i>Osmar Mendes Paixão Côrtes e Natália Araújo Bueno Pinto</i>	239
15. A (im)possibilidade de formular pedido de desconsideração da personalidade jurídica na inicial de uma execução <i>Virgílio Mathias</i>	251
16. Embargos de terceiro: uma visão da jurisprudência atual <i>Anselmo Prieto Alvarez e Wanessa de Cássia Françolin</i>	265
17. O cabimento da ação de produção antecipada de provas como medida preparatória ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica <i>André Pagani de Souza e Tatiana Tiberio Luz</i>	279

PARTE III
PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO. ARRESTO. PENHORA
E IMPENHORABILIDADES. DEPÓSITO JUDICIAL.
INFOJUD. MEDIDAS ATÍPICAS

18. Os princípios da execução e o CPC/2015 <i>Gilson Delgado Miranda</i>	317
19. Preferência na pré-penhora e distinção do arresto cautelar <i>Araken de Assis</i>	335
20. Condomínio edilício: (im)penhorabilidade de vagas de garagem <i>Marcelo de Oliveira Milagres</i>	353
21. Ensaio sobre a penhora de pequeno valor e a correta interpretação do art. 836 do CPC <i>Márcio Manoel Maidame</i>	359
22. Penhora de direitos hereditários <i>Cristina Reindolff da Motta e Marco Aurélio Bellizze Oliveira</i>	371
23. A penhora de empresa no Código de Processo Civil e a sua natureza subsidiária. Será a melhor solução? <i>Frederico dos Santos Messias</i>	389
24. A penhora do bem imóvel alienado fiduciariamente: uma análise aprofundada em execuções movidas por terceiros <i>Marcia Conceição Alves Dinamarco e Claudia Gonçalves Junqueira</i>	399
25. Tema Repetitivo 1.230: possibilidade de penhora das verbas remuneratórias para importâncias abaixo de 50 salários mínimos mensais conforme precedentes do STJ <i>Rosalina Moitta Pinto da Costa</i>	411

26. As impenhorabilidades previstas pelo art. 833 do CPC/2015 – além do enunciado do Tema 1.235 do STJ – (<i>distinguishing-método, distinguishing-resultado e ampliative distinguishing</i>).....	431
Antonio Adonias Aguiar Bastos	
27. A (im)penhorabilidade do bem de família de titularidade da pessoa jurídica	439
Carlos Augusto de Assis e Mateus Fernandes Lima de Assis	
28. A (im)penhorabilidade do bem de família de alto padrão.....	451
Rita Vasconcelos e Ana Paula Vasconcelos	
29. Sobre o tratamento da (im)penhorabilidade do bem de família na visão do Superior Tribunal de Justiça	465
Maurício Ferreira Cunha e Jhonatta Braga Barros	
30. A não modulação da mudança no Tema 677 do STJ.....	479
André Gustavo Salvador Kauffman	
31. Aspectos práticos do sigilo fiscal do devedor e a utilização efetiva do INFOJUD.....	487
Rafael Guimarães, Danilo Diniz e Richard Jamberg	
32. A possibilidade de aplicação como medida executiva atípica na execução civil do <i>watchdog</i> amplamente utilizado na recuperação judicial.....	507
Camila Kelly de Souza Silva Simas e Juliana Borinelli Franzoi	
33. Medidas atípicas CCS-Bacen e CNIB na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça....	521
Luís Henrique Barbante Franzé	
34. A aplicação de medidas executivas atípicas de ofício	535
Luís Eduardo Simardi Fernandes	

PARTE IV
ANÁLISE ECONÔMICA DA EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO
INTERCORRENTE. CAUÇÃO NO CUMPRIMENTO
PROVISÓRIO. INEFETIVIDADE DA EXECUÇÃO.
COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL.

35. Impactos econômicos e sociais da frustração dos procedimentos judiciais de recuperação de crédito: aspectos da análise econômica do direito processual no tocante à execução civil	549
Gilberto Carlos Maistro Junior	
36. O regime da prescrição intercorrente introduzido pela Lei 14.195/2021 e o direito intertemporal.....	571
Arlete Inês Aurelli	
37. A exigência de caução no cumprimento provisório de decisões advindas de julgamento antecipado parcial de mérito.....	583
Cristiane Druve Tavares Fagundes	
38. Tutela executiva e <i>desculpability</i>	595
Marco Félix Jobim	
39. A coisa julgada inconstitucional no microssistema dos Juizados Especiais sob a perspectiva do Tema 100 do Supremo Tribunal Federal.....	607
Denis Donoso e Marco Aurélio Serau Jr.	

PARTE V
FALECIMENTO DO DEVEDOR. EXPROPRIAÇÃO DE
BENS. AUTOTUTELA. ARBITRAGEM. GRATUIDADE
DA JUSTIÇA. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

40. A execução e o falecimento do devedor.....	619
<i>Gilberto Gomes Bruschi e Luciano Vianna Araújo</i>	
41. Execução de créditos não sujeitos à Recuperação Judicial e a expropriação de bens essenciais ao exercício da atividade empresarial	641
<i>Eduardo Foz Mange e Daniel Krumpanzl</i>	
42. Arrematação com vício: invalidação ou reparação do dano? A Ação Autônoma do art. 903, § 4º, do CPC	651
<i>Rogéria Fagundes Dotti</i>	
43. Autotutela na execução: jurisdição, autonomia privada e Marco Legal das Garantias.....	661
<i>José Américo Zampar Júnior e Juliana Bizarria</i>	
44. A execução de título extrajudicial e a cláusula compromissória: embargos arbitrais como meio de defesa do executado.....	677
<i>Rodrigo Lucas Gama Alves e Mariana Ferreira</i>	
45. Do processo de conhecimento ao cumprimento de sentença: da evolução histórica até os critérios objetivos para concessão da gratuidade da justiça.....	683
<i>Rafael Caselli Pereira</i>	
46. Cooperação judiciária e execução.....	709
<i>Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez</i>	

PARTE VI

RESPONSABILIDADE POR ABUSO DO PROCESSO. SUPERENDIVIDAMENTO.
AÇÃO RESCISÓRIA E EXECUÇÃO. CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL
NA EXECUÇÃO. MORATÓRIA EXECUTIVA. DESJUDICIALIZAÇÃO

47. Responsabilidade civil por abuso do processo de execução e cumprimento de sentença	737
<i>Alexandre de Mello Guerra</i>	
48. A possibilidade de suspensão das execuções diante da propositura de Ação de Supe- rendividimento	761
<i>Angélica Falcão e Bruna Kusumoto</i>	
49. Ação rescisória como defesa heterotópica na tutela jurisdicional executiva: análise de caso por violação manifesta à norma jurídica e por erro de fato (AR/STJ nº 6.297/SE) <i>Bianca Mendes Pereira Richter, Giovana de Moraes Busnello dos Santos e Luiza Mendes Costa</i>	773
50. Consciência socioambiental na execução por quantia certa: a troca da obrigação de pagar ao exequente por obrigação de fazer à sociedade.....	791
<i>Carolina Moraes Migliavacca</i>	
51. As zonas (ainda) cinzentas sobre a moratória executiva e uma tentativa de se encon- trar algumas soluções	805
<i>Márcio Carvalho Faria</i>	
52. A desjudicialização e os reflexos nos módulos executivos provisório e definitivo: pon- dereções e críticas.....	831
<i>José Henrique Mouta Araújo</i>	